



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**  
**“Casa de Acrísio Freire Vieira”**  
**CNPJ: 08.581.985/0001-06**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

**Contrato nº 14/2025**  
**Processo nº 013/2025**  
**Dispensa de Licitação Nº 011/2025**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DE DENTRO E A EMPRESA E-TICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO & CONSULTORIA LTDA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DISCRIMINADOS NESTE INSTRUMENTO, NA FORMA ABAIXO:**

A CÂMARA MUNIICPAL DE LAGOA DE DENTRO, inscrita no CNPJ n.º 08.581.985/0001-06, com sede à Rua José Viegas Santiago, s/n – Centro - Lagoa de Dentro - PB, representada neste ato pelo Vereador Presidente, Senhor LEANDRO DA COSTA VIEIRA, portador do RG n.º 1889811 SSP/PB e CPF n.º 030.798.534-23, residente à Rua Comércio, 710 – Centro – Lagoa de Dentro - PB, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, e, do outro lado a empresa E-TICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO & CONSULTORIA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 09.196.97410001-67, com sede na Rua Cecília Miranda, 84 – Jaguaribe – João Pessoa - PB, representada pelo Senhor JOSÉ RENATO PEREIRA CARREIA NUNES, CPF n.º 789.521.824-72 e RG n.º 1.506.161 SSP/PB, residente e domiciliada a Rua Delfin Moreira, 515, Apto. 201 – Bessa - João Pessoa - PB, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem firmar o presente contrato, de acordo com a Lei 14.133/21, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO:**

Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 011/2025, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006; Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, Instrução Normativa nº 73 SEGES/ME, de 30 de Setembro de 2022; e legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO**

A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para fornecimento de Softwares de Gestão Pública (Sistema de Contabilidade Pública e Portal da Transparência), para atender as necessidades da Câmara Municipal de Lagoa de Dentro, Conforme Dispensa de licitação nº 011/2025, com base no Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/21.

**DAS METAS FÍSICAS:**



ESTADO DA PARAÍBA  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**  
"Casa de Acrísio Freire Vieira"  
CNPJ: 08.581.985/0001-06  
GABINETE DO PRESIDENTE

| ITEM<br>Nº | LOCAL DO<br>OBJETO  | OBJETO   | QUANT | PRAZO DE<br>EXECUÇÃO | VALOR<br>TOTAL<br>R\$ |
|------------|---|--|-------|----------------------|-----------------------|
| 01         | Rua Vereador<br>José Viegas<br>Santiago, s/n -<br>Centro -<br>Lagoa de<br>Dentro - PB | <b>SISTEMA DE<br/>CONTABILIDADE<br/>PÚBLICA:</b><br><br>SISTEMA ÚNICO E<br>INTEGRADO DE<br>EXECUÇÃO,<br>ORÇAMENTÁRIA,<br>ADMINISTRAÇÃO<br>FINANCEIRA E<br>CONTROLE, PARA<br>REGISTRAR OS ATOS E<br>FATOS RELACIONADOS<br>COM A<br>ADMINISTRAÇÃO<br>ORÇAMENTARIA,<br>FINANCEIRA E<br>PATRIMONIAL DA<br>ADMINISTRAÇÃO<br>PÚBLICA; FACILITAR O<br>CONTROLE E<br>ACOMPANHAMENTO<br>DAS MOVIMENTAÇÕES<br>FINANCEIRAS E<br>PATRIMONIAIS DA<br>CÂMARA MUNICIPAL,<br>GARANTINDO O<br>EQUILÍBRIO<br>ORÇAMENTÁRIO DA<br>ADMINISTRAÇÃO.<br>REALIZAR A<br>ESCRITURAÇÃO DOS<br>ATOS E FATOS<br>ADMINISTRATIVOS<br>REGISTRANDO-OS DE<br>ACORDO COM AS<br>NORMAS BRASILEIRAS<br>DE CONTABILIDADE<br>APLICADA AO SETOR<br>PÚBLICO. | 12    | 12 meses             | 12.000,00             |



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**

**"Casa de Acrísio Freire Vieira"**

**CNPJ: 08.581.985/0001-06**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

|    |   |  |    |          |          |
|----|---|--|----|----------|----------|
| 02 | Rua Vereador<br>José Viegas<br>Santiago, s/n -<br>Centro -<br>Lagoa de<br>Dentro - PB | <b>SISTEMA DE PORTAL<br/>DA TRANSPARÊNCIA:</b><br><br>O PORTAL TEM COMO<br>OBJETIVO MOSTRAR<br>INFORMAÇÕES DA<br>ADMINISTRAÇÃO<br>PÚBLICA,<br>ESTIMULANDO E<br>AMPLIANDO A<br>DIVULGAÇÃO DAS<br>AÇÕES<br>GOVERNAMENTAIS,<br>CONTRIBUINDO ASSIM,<br>COM A MODERNIZAÇÃO<br>DA GESTÃO PÚBLICA E<br>FORTALECENDO A<br>DEMOCRACIA ALIADA<br>AO IMPLEMENTO DA<br>TRANSPARÊNCIA E<br>CONTROLE SOCIAL,<br>ATENDENDO ASSIM AOS<br>DISPOSITIVOS DA LEI DE<br>RESPONSABILIDADE<br>FISCAL ATUALIZADA<br>PELA LC131/09. | 12 | 12 meses | 4.800,00 |
|----|---|--|----|----------|----------|

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS E PREÇOS:**

O valor mensal deste contrato, a base do preço proposto, é de R\$ 1.400,00 (Um mil e quatrocentos reais) e total de R\$ 16.800,00 (Dezesseis mil e oitocentos reais).

**CLÁUSULA QUARTA - DO REAJUSTAMENTO:**

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis até o término da vigência do contrato.

Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o término do prazo de vigência da proposta de preços, na mesma proporção da variação verificada no IPCA-IBGE acumulado, tomando-se por base o mês de apresentação da respectiva proposta, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**

**"Casa de Acrísio Freire Vieira"**

**CNPJ: 08.581.985/0001-06**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

O registro da variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços poderá ser realizado por simples apostila.

O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO:**

Para fazer frente às despesas decorrentes deste contrato, a CONTRATANTE utilizará recursos da seguinte Classificação Orçamentária: 01.010.01.031.1001.2001-339039.99 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica. Fonte de Recursos: Duodécimo da Câmara.

**CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO:**

O pagamento será efetuado mensalmente, mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como as disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei 14.133/21, e mediante a apresentação de Nota Fiscal, juntamente com as ordens de serviços, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

Os serviços serão prestados durante o período de 12 (doze) meses, a partir do recebimento da Ordem de Serviços.

**CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA** – O presente contrato terá vigência a partir da data de sua assinatura e duração de 12 (doze) meses.

**CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

a - Efetuar o pagamento relativo aos serviços efetivamente executados, de acordo com as respectivas cláusulas do presente contrato;

b - Proporcionar ao Contratado todos os meios necessários para a fiel prestação dos serviços contratados;

c - Notificar o Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade de produto fornecido, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime o Contratado de suas responsabilidades contratuais e legais;



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**

**"Casa de Acrísio Freire Vieira"**

**CNPJ: 08.581.985/0001-06**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

d - Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, conforme requisitos estabelecidos na norma vigente, ou pelos respectivos substitutos, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio da fiscalização com informações pertinentes a essa atribuição;

e - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

a - Executar devidamente os serviços descritos na cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados;

b - Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão da execução do objeto contratado;

c - Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, quando da execução do contrato, que o represente integralmente em todos os seus atos;

d - Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

e - Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

f - Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

g - Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no respectivo processo licitatório, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

h - Cumprir a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

i - Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO:**

Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei 14.133/21.

Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I, do caput do Art. 124, da Lei 14.133/21, o Contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**

**“Casa de Acrísio Freire Vieira”**

**CNPJ: 08.581.985/0001-06**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

que se fizerem nas compras, de até o respectivo limite fixado no Art. 125, do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:**

Executada a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para receber o seu objeto pelo Contratante obedecerão, conforme o caso, às disposições do Art. 140, da Lei 14.133/21.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES:**

O licitante ou o Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no Art. 155, da Lei 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos Arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificara imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na execução do objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo de dois anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de cinco anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido Art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido Art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei 14.133/21.

Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA:**

Nos casos de eventuais atrasos de pagamento nos termos deste instrumento, e desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para o atraso, será admitida a compensação financeira, devida desde a data limite fixada para o pagamento até a data correspondente ao efetivo pagamento de toda parcela. Os encargos moratórios devidos em razão do atraso no pagamento serão calculados com utilização da seguinte fórmula:  $EM = N \times VP \times I$ , onde: EM = encargos moratórios; N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = valor da parcela a ser paga; e I = índice de compensação financeira, assim apurado:  $I = (TX$



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**

**“Casa de Acrísio Freire Vieira”**

**CNPJ: 08.581.985/0001-06**

**GABINETE DO PRESIDENTE**

$\div 100) \div 365$ , sendo TX = percentual do IPCA-IBGE acumulado nos últimos doze meses ou, na sua falta, um novo índice adotado pelo Governo Federal que o substitua. Na hipótese do referido índice estabelecido para a compensação financeira venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD:**

a - As partes contratantes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018, que é a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD, quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

b - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do Art. 6º, da Lei 13.709/18.

c - É vedado o compartilhamento com terceiros de qualquer dado obtido, fora das hipóteses permitidas em Lei.

d - Constitui atribuição do Contratado orientar e treinar seus empregados, quando for o caso, sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

e - O Contratante deverá ser informado, no prazo de cinco dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

f - O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

g - O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento desta cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

h - O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável mediante justificativa, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

i - Terminado o tratamento dos dados nos termos do Art. 15, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do Art. 16, ambos da Lei 13.709/18, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

J - Os bancos de dados formados a partir da execução do objeto deste contrato, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, conforme Art. 37, da Lei 13.709/18, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pelo Contratante nas hipóteses previstas na LGPD.

k - O presente contrato está sujeito a alterações nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ANPD, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO:**



**ESTADO DA PARAÍBA**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOA DENTRO**  
**“Casa de Acrísio Freire Vieira”**  
**CNPJ: 08.581.985/0001-06**  
**GABINETE DO PRESIDENTE**

Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Jacaraú - PB.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Lagoa de Dentro(PB), 28 de julho de 2025.



**LEANDRO DA COSTA VIEIRA**  
**VEREADOR PRESIDENTE**  
**CONTRATANTE**

E T ICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E  
CO:09196974000167  
Assinado de forma digital por E T ICONS  
EMPRESA DE TECNOLOGIA DE INFORMACAO E  
CO:09196974000167  
Dados: 2025.07.28 11:19:25 -03'00'

**E-T ICONS EMPRESA DE TECNOLOGIA DE**  
**INFORMACAO & CONSULTORIA LTDA**  
**CONTRATADA**

**TESTEMUNHAS:**

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: